

# O OLHAR DO DELEGADO: IMAGENS DE SI E DO OUTRO<sup>1</sup>

Helcira Maria Rodrigues de LIMA  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

## RESUMO

*Pretende-se analisar, através de alguns fragmentos do relatório produzido por um Delegado de Polícia acerca de um homicídio ocorrido em Belo Horizonte, na década de 1980, como se deu o processo de construção de imagens de si e do outro. A correlação entre a imagem de si e a imagem do outro será demonstrada, com ênfase na figura do réu.*

## ABSTRACT

*It is intended to analyze, through some fragments of the report produced for a Commission agent of Policy concerning a homicide occurred in Belo Horizonte, in the decade of 1980, as the process of construction of images of itself and the other was given. The correlation between the image of itself and the image of the other will be demonstrated, with emphasis in the figure of the male defendant.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Ethos. Feminino. Pathos. Tribunal do Júri.*

## KEY WORDS

*Ethos. Feminine. Grand Jury, Pathos.*

## Introdução

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si.  
*Ruth Amossy.*

---

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado como comunicação no Seminário da ABRALIN de Belo Horizonte (2007).

Na atual retomada dos estudos da argumentação, iniciada na década de 1990, a noção de *ethos* passou a interessar a muitos pesquisadores, entre os quais se destacam Amossy (2005), Charaudeau (2005), Maingueneau (2005) e Eggs (2005). Todos eles, partindo da definição de Aristóteles, procederam a uma releitura do *ethos*, sob uma perspectiva mais alargada.

Assim como o *pathos*, o *ethos* consiste em um recurso usado para incitar a emoção através do discurso. Essa prova refere-se, grosso modo, à construção de imagens de si e, ao lado do *pathos*, é responsável por garantir a adesão do auditório. Juntamente com o *logos*, *ethos* e *pathos* constituem o que Aristóteles denominou “provas<sup>2</sup> dependentes da arte”. Segundo o filósofo, o *ethos* refere-se ao caráter do orador, à postura que ele deve assumir para inspirar confiança no auditório. O *ethos* consiste, na visão de Aristóteles, bem como na de outros filósofos anteriores e posteriores a ele, na mais eficaz das provas: “as pessoas de bem inspiram confiança mais eficazmente e mais rapidamente em todos os assuntos [...] o caráter moral deste constitui, por assim dizer, a prova determinante por excelência” (ARISTÓTELES, 1998:33). O orador deixa transparecer uma boa imagem de si mesmo, uma imagem de honestidade e de bom-senso, mesmo que isto não seja condizente com a verdade.

A partir da herança retórica e das discussões atuais sobre essa *prova*, pretendemos apresentar uma reflexão sobre o processo de construção de imagens de si e do outro, por meio da análise de alguns fragmentos de um relatório produzido por um delegado de Polícia. Tal relatório foi redigido a partir das investigações a respeito do assassinato de uma mulher, ocorrido em Belo Horizonte, na década de 1980. De acordo com as peças processuais, provavelmente, a vítima (V) foi despertada pelos primeiros tiros que a atingiram, em sua cama.

---

<sup>2</sup> O termo “prova” refere-se aos recursos usados pelo orador em seu discurso, por isso elas são “dependentes da arte (retórica)”. Conforme Aristóteles (1998:33) as provas dependentes da arte “podem ser fornecidas pelo método e por nossos próprios meios”. Não seriam, nesse caso, relativas a testemunhos, confissões etc..

O relevo conferido a esse crime, que se tornou emblemático em nossa sociedade, é decorrente não apenas da posição social de réu e vítima (ela era uma rica empresária, ele era um engenheiro bem sucedido), mas também dos debates por ele suscitados, reacendendo as discussões a respeito dos “crimes da paixão”<sup>3</sup>, colocadas em pauta a partir do assassinato de outras duas mineiras: Jô de Lima e Sousa e Ângela Diniz<sup>4</sup>.

## 1 Imagens de si e do outro

Eggs (2005) e Amossy (2005) destacam o fato de que, embora se tenha tomado a noção de *ethos* somente em relação à construção de uma imagem de prudência, de bom-senso e lisura, o ponto de vista de Aristóteles não é apenas moral, visto que se refere também às qualidades intelectuais do orador. Assim, as virtudes seriam associadas à capacidade intelectual e somente a partir da união dessas duas qualidades o orador inspiraria confiança no auditório. Nessa perspectiva, para cada auditório um *ethos* diferente deve ser apresentado a fim de preencher as condições mínimas de credibilidade, referentes à sensatez (*phronesis*), à virtude (*aretê*) e à benevolência (*eúnoia*), uma vez que o orador deve parecer digno de fé, através de um discurso verossímil e não necessariamente verdadeiro. Esta *prova* reforça, assim, a plausibilidade da argumentação exposta, em decorrência da confiança gerada pelo orador em seu discurso.

Entretanto, o *ethos* não é considerado na tradição retórica apenas como sendo construído no discurso. Para os romanos, inspirados em Isócrates, haveria um *ethos* prévio ao discurso, o que se justifica pelo fato de que, conforme Meyer (2005), o mais importante no período republicano era

---

<sup>3</sup> O sentido dessa expressão foi amplamente explorado em: CORREIA, 1983.

<sup>4</sup> Jô de Lima e Souza, que foi assassinada por seu marido, no final dos anos de 1960, e Ângela Diniz, que foi morta por seu companheiro, nos anos de 1970, pertenciam à elite da sociedade da época. Talvez por isso mesmo os crimes tenham suscitado muitos debates sobre a violência contra a mulher no Brasil, mobilizando feministas e simpatizantes em prol da condenação dos assassinos e da eliminação do argumento da “legítima defesa da honra e da dignidade” do Código Penal brasileiro. Sobre isso é, ainda, importante lembrar que, infelizmente, assassinatos de mulheres ocorrem todos os dias, mas a morte de um membro de uma classe social mais elevada chama mais atenção, porque mostra que este tipo de crime não é privilégio de pobre.

o *status* social do sujeito – seu posicionamento na hierarquia dos valores econômicos e morais – antes de qualquer construção discursiva. Assim, o *ethos*, para os romanos, seria, diferentemente de Aristóteles, um dado pré-existente, não sendo construído no discurso. Desse modo, estereótipos relacionados à classe social, a questões morais, às funções institucionais, ao *status* e ao poder entrariam em jogo na concepção de *ethos* prévio, determinando de certo modo as impressões do auditório sobre o orador. Parece possível, ainda, pensar num diálogo entre essa noção de *ethos* e as idéias de Pierre Bourdieu (2001) a respeito do “poder simbólico” e das questões sociais como determinantes de tipos de discurso. Isto porque, em uma diferente via, o sociólogo trata da apresentação de si, privilegiando um olhar direcionado às trocas simbólicas. Para ele, diferentemente da abordagem aristotélica, o poder das palavras reside não no enunciador, mas nas condições institucionais de sua produção, nas questões ligadas à hierarquia dos valores sociais.

O fato é que os autores se dividem em relação às heranças gregas e romanas, pois há os defensores de uma posição moderada, considerando a existência de dois tipos de *ethos* – prévio e discursivo – e os que adotam a posição, em certo sentido, mais radical, defendendo a idéia de que o *ethos* só existiria no e pelo discurso. Desde a Antiguidade co-existem essas duas posições, as quais remetem ao locutor e ao enunciador. Como consideraremos a importância de uma imagem prévia ao lado daquela que se constrói discursivamente, inserimo-nos na linhagem de Charaudeau (2005), o qual afirma ser o *ethos* relacionado tanto ao locutor quanto ao enunciador. Nas palavras do linguista, “o *ethos* está relacionado ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira que ele pensa que o outro o vê” (2005:88).<sup>5</sup>

Ao discorrer a respeito do assunto, Amossy (2000) afirma que essa imagem prévia condiciona parcialmente o discurso, pois no próprio discurso ela deixará índices, identificáveis tanto pelas marcas linguísticas

<sup>5</sup> Nossa tradução do original em francês: “[...] *l’ethos est affaire de croisement de regards: regard de l’autre sur celui qui parle, regard de celui qui parle sur la façon dont il pense que l’autre le voit*”

quanto pela própria enunciação. Desse modo, na visão da autora, o poder exercido pela imagem que o auditório tem sobre o sujeito, antes mesmo que ele comece a falar, torna-se fundamental ao lado da construção discursiva. Essa visão relaciona-se à identidade social de locutor e à identidade discursiva de enunciador, pois os traços do sujeito são da ordem do linguístico e do situacional, sendo que as identidades discursivas fundem-se com as sociais.

O sujeito pode se valer, nesse sentido, de um universo de crenças e de conhecimento, além dos recursos linguísticos a que tem acesso. Isto vale também para o processo de construção da imagem do outro, pois tanto sua imagem prévia quanto aquela construída serão de extrema importância no momento em que o perfil do outro for delineado. Uma boa imagem de si reforça o poder da imagem criada sobre o outro, além do fato de que a imagem prévia do outro também é de extrema importância na construção da imagem de si.

Desse modo, se se considera a existência de uma imagem anterior ao discurso e se, durante o ato de linguagem, o sujeito é avaliado pelo outro em relação ao que diz e ao que é, os conhecimentos prévios e os estereótipos que são frutos das representações sociais contribuem de forma decisiva na construção dessa imagem. Isto porque ela é tomada segundo os modelos culturais, segundo o estoque de imagens de uma sociedade dada. Ao discorrer sobre essa questão, Charaudeau (2005) afirma que a partir do momento em que o *ethos* está relacionado às representações sociais, ele pode estar ligado aos indivíduos e também a grupos, a ponto de refletir uma visão global. A partir disso é possível pensar em um *ethos* coletivo, concernente a um grupo e em um *ethos* individual, relacionado a um sujeito apenas. Os estereótipos podem nos levar a pensar, por exemplo, em um *ethos* coletivo para homens que os tomariam como mais discretos e outro para mulheres, segundo o qual elas seriam tagarelas. Todavia, se os estereótipos permitem ler com mais facilidade uma sociedade, por outro lado, eles geram diversos problemas devido ao seu caráter taxativo. A imagem de um brasileiro que

é apaixonado por futebol, que samba o dia inteiro e vive sorrindo é algo, no mínimo, redutor se se pensar na complexidade de nossa sociedade, que é fruto de uma grande mistura e possui tanta diversidade cultural.

Nesse breve percurso, é importante salientar que, segundo Eggs (2005), o *ethos* deve ser considerado sob uma perspectiva tridimensional, pois se forma a partir da relação entre a *phrónesis*, a *areté* e a *eúnoia*. Em outras palavras, há algo de racional (*logos*) e que inspira confiança; algo de sincero (*pathos*) e de uma imagem agradável de si; além de algo de solidário (*ethos*), de um ar ponderado. Para este autor, é preciso analisar o *ethos* sob o viés das paixões. *Ethos* e *pathos* estão juntos na empreitada da persuasão como provas pertencentes ao domínio do emocionar. Isto nos leva a pensar na inter-relação existente entre as *provas*, assim como na edificação da argumentação no Tribunal do Júri, que tem na patemização<sup>6</sup> a base, cujo apoio está na construção de imagens. A terceira dimensão – demonstrativa – seria, nesse sentido, a garantia necessária.<sup>7</sup> Charaudeau (2005) também aponta a necessidade de se pensar na inter-relação existente entre as *provas* ao estabelecer uma divisão entre dois tipos de *ethé*: o “*ethos* de credibilidade”, fundado no discurso da razão e o “*ethos* de identificação”, fundando nas emoções.

É importante destacar, ainda, que as imagens às quais nos referimos são frutos das representações sociais, podendo ser tanto prévias ao discurso quanto construídas nele e por ele, além de serem determinantes da direção argumentativa.<sup>8</sup> Tanto a imagem de si, que direciona a avaliação do interlocutor sobre aquele que fala, quanto a imagem do outro, que poderá servir de reforço para a imagem de si ou mesmo para a apresentação de uma face positiva ou negativa do outro, são convocadas e mantidas na produção discursiva do e para o Tribunal do Júri.

<sup>6</sup> O uso termo “patemização”, inserido na linhagem da retórica clássica, refere-se à mobilização de emoções com fins persuasivos.

<sup>7</sup> Em nossa tese de doutorado apresentamos uma discussão acerca do funcionamento da argumentação no Tribunal do Júri, tendo como pressuposto o fato de que a argumentação se ancoraria em três dimensões – “dimensão patêmica”, “dimensão da construção de imagens de si e do outro”, “dimensão demonstrativa”. Para saber mais sobre o assunto, ver: LIMA (2006).

<sup>8</sup> Acreditamos ser preciso repensar essa afirmação em trabalhos futuros.

## 2 A voz do delegado: apresentação do caso ou construção de uma tese?

Os procedimentos da fase policial de um Processo Penal são orientados por um delegado, encarregado de reunir os indícios da culpa do acusado através das provas<sup>9</sup> do crime, da inquirição das testemunhas e das perícias. Os documentos colhidos nessa fase - Inquérito Policial (IP) - têm por finalidade fornecer as bases para que o Ministério Público possa “denunciar” o sujeito. Isto porque o IP deve auxiliar o trabalho da Justiça. É importante salientar que, mesmo após a conclusão e envio do Inquérito ao Fórum, a Delegacia poderá ser acionada em qualquer momento do Processo.

No curso do processo penal em destaque, seguindo as normas do *contrato*<sup>10</sup> estabelecido para essa interação, após as devidas investigações, o delegado de polícia elaborou, a partir dos dados colhidos, um relatório. Esse documento, que deveria ter como meta a apresentação de uma visão geral do caso-crime, foi enviado ao juiz a fim de ser avaliado e de se verificar a necessidade de outros procedimentos investigativos. Após concluir a avaliação do documento, o Juiz Sumariante decidiu pelo julgamento do caso pelo júri popular.

A partir de agora analisaremos alguns fragmentos do relatório redigido pelo delegado no intuito de verificar como se dá o processo de construção de imagens de si e do outro.

Logo nas primeiras linhas do relatório é possível verificar que não somente um relatório final sobre um processo investigativo foi apresentado, mas também (e sobretudo) uma tese a respeito do crime. O delegado parece indicar caminhos para a acusação que será apresentada pelo Promotor de Justiça: R é culpado e merece ser exemplarmente punido. Pode-se perceber esse direcionamento, através de uma avaliação

<sup>9</sup> O termo “prova” é usado, nesse momento, como relativo a quaisquer evidências factuais que possam ajudar a estabelecer a verdade de algo.

<sup>10</sup> A noção de “contrato” é definida por Charaudeau (1983), como sendo, em linhas gerais, relativa às regras ou normas regentes de qualquer tipo de interação.

de como as notícias sobre o crime tiveram uma grande repercussão: “abalou a opinião pública mineira”. Com essa afirmação, o sujeito enunciator já trabalha em favor da construção de uma imagem acerca do próprio caso: trata-se de um crime pertencente ao rol dos crimes emblemáticos. O uso de itens lexicais como “intensa surpresa”, “dolorosa chaga”, “matador de outra mineira” conferem a coloração emocional desejada. Através dessas *pathemes*<sup>11</sup>, *o enunciator pode construir uma imagem do R e, ainda, superdimensionar o fato ocorrido:*

O crime, que a todos colheu de intensa surpresa, terminou monopolizando as atenções não apenas dos mineiros, mas, também, a opinião de grande maioria dos brasileiros, já em virtude do próprio acontecimento, já também, e principalmente, porque reabria em todos – e particularmente na sociedade de Belo Horizonte – a recente e dolorosa chaga deixada em cada um por ocasião do julgamento do matador de outra mineira, Ângela Diniz, no Estado do Rio de Janeiro.

A alusão ao assassinato de Ângela Diniz traz à tona uma discussão relativa à violência contra a mulher e também um recorrente debate sobre o caráter absurdo da pena imputada a Doca Street<sup>12</sup>. Desse modo, considerando que, em processos judiciais desse tipo, tudo no relatório do delegado se constrói tendo em vista não somente o juiz – seu interlocutor direto – mas também um “*tiers*” (CHARAUDEAU, 2004) – relativo ao corpo de jurados – lança-se uma semente para a aplicação de uma pena mais rigorosa. A proteção da face da vítima em relação aos ataques já direcionados a ela pela sociedade mineira e a apresentação de seu perfil mais positivo podem ser verificadas em todo o relatório, o que visa a evitar a carga de novos julgamentos de caráter moral.

<sup>11</sup> De acordo com Plantin (1997), *pathemes* são marcadores de orientação emocional.

<sup>12</sup> Doca Street, assassino de Ângela Diniz, foi praticamente absolvido no primeiro julgamento (dois anos de reclusão com *sursis* – suspensão condicional da pena). Porém, após dois anos (1981), em um segundo julgamento, a pena a ele imputada aumentou. Ele foi condenado por homicídio qualificado, a quinze anos de reclusão.



Logo nos primeiros dias após o ocorrido com V, já brandiam no ar as espadas cruéis dos maledicentes e pululavam afitas as línguas e a mesquinhez daqueles que não sabem viver sem os sabores apimentados dos escândalos, os quais, em suas mentes, devem envolver sempre a morte violenta de uma mulher jovem, bonita e de boa posição social.

Também o fato gerou a revolta e o protesto. Não o conflito, mas a justa preocupação e a legítima preocupação e a legítima precaução de tantos quantos aguardavam e têm viva na memória a retaliação sofrida por outra mulher, vítima também de assassinato, e o inexplicável endeusamento de seu criminoso, naquele triste espetáculo armado na tão aprazível cidade de Cabo Frio.

Ao mencionar a “justa preocupação”, a “legítima preocupação” e a “legítima precaução”, o enunciador protege também sua face, uma vez que não se mostra um defensor fervoroso, mas se posiciona na justa medida em relação ao crime. A própria repetição do item lexical “preocupação”, acentuado pelos adjetivos “justa” e “legítima”, evidencia a coloração desejada. A defesa à imagem de V se explicita em todo o fragmento, pois aqueles que se propuseram a criticá-la são considerados “maledicentes”. Termos lexicais como “brandiam”, “espadas” e “pululavam” ressaltam o direcionamento patêmico do trecho, pois aumentam a indignação que o delegado deseja incitar em seu interlocutor. A cena elaborada ganha proporções épicas. O realce ao *ethos* prévio da vítima (“mulher jovem bonita e de boa posição social”) incita a comoção, além de provocar a indignação do interlocutor ao apresentar a possibilidade de se pensar que ela foi assassinada justamente por ser “mulher, bonita e rica”.

Ciente de que é preciso aparentar certa neutralidade, o delegado se vale do uso da 1ª pessoa do plural (nós) a fim de não tomar para si toda a responsabilidade pelo dito. Além disso, tenta proteger sua face ao apresentar um *ethos* de credibilidade relativo à seriedade e à correção. Entretanto, ele se mostra, revelando um “*ethos* emocionado”, sobretudo, ao usar itens lexicais carregados de valor axiológico (“insinuações”, “almas dos apaixonados”, “cristalina verdade” etc.):

Fizemos de moucos os nossos ouvidos, de cegos os nossos olhos, diante das críticas e insinuações tão constantes e tão comuns às almas dos apaixonados ou mal informados. E, acima de tudo, colocamos nosso dever e o inarredável ideal de, na nossa profissão, trazer à tona a mais cristalina verdade do fato investigado, já em virtude de nossa formação, já pela certeza absoluta de que mau trabalho policial representa sempre uma ação intensamente prejudicial à Justiça; portanto, um bem imenso a injustiça.

Como o sujeito-enunciador precisa se proteger e demonstrar competência, ele se auto-elogia<sup>13</sup> ao mencionar sua formação (lê-se nas entrelinhas que ela é consistente) e ao fazer alusão à importância da Justiça (lê-se na entrelinhas que a Justiça é objetiva e se pauta em provas).<sup>14</sup>

Embora não reabra explicitamente a discussão sobre a violência contra a mulher, já aponta caminhos para uma construção discursiva que deseje se amparar nos debates sobre o tema. Com isso, acende a chama de uma discussão mais ampla a respeito da tese da legítima defesa da honra e dos estereótipos em torno da figura feminina que circulam em nossa sociedade. É por isso que os estereótipos acerca de uma mulher como V foram evocados ao lado da condenação sofrida por Ângela Diniz, pois tanto uma quanto a outra foram consideradas *femme fatales*. Com isso, verifica-se que o perfil dessas mulheres foi delineado pela sociedade a partir de clichês de todo tipo. O pior é que essa imagem criada em torno dessas figuras permaneceu forte, uma vez que se compôs uma rede de significações simbólicas, densa e rica. Daí se verifica como, apesar de parecer absurdo, se possa ainda fundar o julgamento de criminosos

---

<sup>13</sup> Este seria um caso de “*ethos* dito”, nas palavras de Maingueneau (2005). Através dele, o enunciador mostra diretamente suas características, dizendo ser essa ou aquela pessoa. O “*ethos* mostrado”, por sua vez, é aquele que não é dito diretamente pelo enunciador, mas é reconstituído através de pistas fornecidas por ele no seu discurso.

<sup>14</sup> O destaque ao valor da Justiça é necessário nesse contexto, pois dela é ele membro - polícia judicial – e nela se ampara.

nessas imagens pautadas em julgamentos morais arcaicos.<sup>15</sup>

É importante destacar que a apresentação e a defesa de uma imagem positiva de V em contraposição a uma negativa de R faz parte do rol das estratégias ritualísticas usadas em julgamentos de Tribunal do Júri, uma vez que tudo se constrói de acordo com o lado em que se está na tribuna. É claro que nesse caso, o delegado se posiciona explicitamente do lado da Acusação.<sup>16</sup> Assim, ele antecipa o julgamento do acusado.

Ainda no trecho em destaque, verifica-se que a ironia marca uma refutação por antecipação à possibilidade de R também ser apoiado pela sociedade: “inexplicável endeusamento”. Além disso, a evocação do “caso Ângela Diniz” fundamenta a *argumentação por analogia*<sup>17</sup>, pois a situação de réu e vítima é relacionada àquela dos protagonistas do outro crime. Assim como Ângela Diniz, a vítima foi criada em Minas Gerais, era uma mulher de posses e independente. O réu, por sua vez, assim como Doca Street, é membro de uma elite, além de ser representado como um *bon vivant*. Ao qualificar de “inexplicável endeusamento” o tratamento conferido a Doca Street, em seu primeiro julgamento, o delegado coloca em xeque, por antecipação, a avaliação da sociedade mineira sobre o crime cometido por R. Ao se referir à morte de Ângela como “triste espetáculo” faz alusão ao próprio caráter espetacular que o assassinato

---

<sup>15</sup> Vale lembrar aqui um caso recente (2001) referente ao assassinato de uma síndica, na zona sul de Belo Horizonte, por um dos condôminos do prédio em que ela residia. O sujeito assassinou essa mulher com 27 facadas, além de atingir seu filho adolescente. Por incrível que possa parecer, em seu julgamento, no Tribunal do Júri, ele foi absolvido por alegação de “legítima defesa do lar”. Todas as notícias divulgadas na mídia destacaram a imagem de uma mulher impetuosa, intransigente, enfim, fora de controle. Essa rede simbólica criada e amplamente divulgada, certamente contribuiu para essa decisão absurda. Tão absurda que se trata de um erro judicial, o qual levará o assassino a um novo julgamento. (dados obtidos a partir de entrevistas informais com serventuários da justiça)

<sup>16</sup> Em LIMA (2001) procedemos a uma análise dessa bipolaridade com destaque para as figuras do réu e da vítima, através da observação das teses sustentadas pela Defesa e pela Acusação, em um outro julgamento.

<sup>17</sup> Este tipo de argumento é incluído por Perelman no rol dos argumentos fundados na estrutura do real. O autor não desenvolve uma reflexão voltada para o papel do *pathos*, mas é possível verificar no uso de um argumento como este um desejo, nas entrelinhas, de suscitar algum sentimento no auditório.

de V quis conferir ao caso, o que ganha uma conotação emocional ao ser acompanhado do termo axiológico “triste”. Nessa empreitada, o delegado retoma, ainda, a voz do criminoso, através do discurso relatado em estilo indireto no intuito de arranhar sua face:

R, a essa altura, encontrava-se em fuga, no interior de seu carro, numa estradinha secundária e sem pavimentação, que dá acesso a uma mineração, bem próximo do Retiro das Pedras ... segundo ele.

Tanto o uso das reticências quanto a própria evocação explícita da voz do criminoso (“segundo ele”) ironizam de forma a questionar a validade da afirmação feita pelo réu no momento de seu depoimento na Delegacia. A incitação à dúvida sobre a validade dessa versão do crime fica evidente também na menção ao fato de que, no momento em que chegaram à residência do casal, no dia do crime, os Policiais Militares já encontraram amigos e parentes seus no local.<sup>18</sup> Quando se refere à confissão feita por R, na Delegacia, alguns dias após a tragédia, o delegado ironiza o fato de que o réu se apresenta em companhia de um brilhante advogado, o que incita, nas entrelinhas, uma avaliação sobre a meticulosa construção da tese da defesa do criminoso.

Nesse processo de discursivização, os dados colhidos nas investigações e o próprio depoimento do réu e das testemunhas serviram para construir a imagem de um sujeito frio, malicioso, demasiadamente calado, mesmo recalçado, que planejou inteligente e friamente a violenta morte da esposa. A “costura” do texto se realiza com os elementos colhidos pela perícia, bem como a partir dos proferimentos do criminoso. Sua opção pelo uso de uma determinada arma é destacada em vários momentos, a fim de defender a tese de que, embora o réu possuísse três armas diferentes, optou pela arma com maior poder de fogo e com mais precisão:

---

<sup>18</sup> Consta dos depoimentos, que, em vez de avisar à polícia sobre a morte de V, a babá optou por convocar os parentes do réu para irem ao local do crime. Somente depois de avaliar a situação, eles contactaram a polícia.

(...) utilizando para isso de um revólver “Taurus”, calibre 38, tipo TA (especial para tiro ao alvo) (...) disparando toda a carga existente na arma.

(...) confirmou ter tido outra discussão com a esposa, V, sobre o que disse ter visto no estacionamento do Shopping Center no horário do almoço, quando estava armado de sua ‘Beretta’, carregada e com bala na agulha; quando estava imensamente nervoso (...)

Acha que deu uma cochilada e, ‘de repente’ acordou ‘assustado com gritos’. Disse que sem saber do que se tratava, teve como primeira reação ir apanhar o revólver, exatamente o especial para tiro ao alvo, calibre 38, o utilizado no crime, que estava carregado, no interior de sua capa de napa e fechada com um zíper no ‘closed’, no alto do armário do quarto de casal (fls. 41 V). Veio com a arma sem capa à mão (...)

Também falou sobre as três armas de sua propriedade, entre as quais a ‘Beretta’, da qual nunca se separava, mas que não usou no crime (...)

A tese da livre e calculada escolha da arma do crime, justificada pelo próprio depoimento do réu, alia-se a outros elementos relativos à personalidade desse sujeito, que se delineia como perversa. O percurso relatado por ele na busca da arma, no dia do crime, revela uma obstinação pelo “mal”. O adjetivo “especial” ganha uma coloração que o transforma em mais um índice de calculismo. Assim, a inteligência de R, tão realçada por todas as testemunhas, acaba por funcionar como um importante dado na construção de seu perfil. Isto porque ela contribui para agravar sua culpa, na medida em que se evidencia a construção meticulosa do assassinato, através de sua própria enunciação.<sup>19</sup> Os estereótipos relativos à suposta frieza e ao calculismo dos engenheiros também tiveram lugar nessa construção. Ao resgatar esse imaginário, o delegado apresentou um sujeito “sem emoção”, o que, em nossa sociedade, é considerado uma falta grave. Se as demonstrações exageradas de emoções são passíveis de crítica, a suposta ausência delas é considerada algo ainda pior.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> É interessante observar que tudo isso pôde ser construído pela pesquisa desenvolvida pelos peritos acerca da arma usada no dia do crime, bem como das outras armas que o réu possuía.

<sup>20</sup> Essa discussão merece uma atenção maior, mas não terá lugar nesse artigo.

Outros traços de sua personalidade relativos à pontualidade, ao compromisso com o trabalho, à discrição e à simpatia, comumente tomados em seu aspecto positivo, também surgem conferindo a coloração de crueldade ao caso:

Na noite do crime (isso depois de trabalhar normalmente no período da tarde, no horário pontual como sempre, e após ter ido cortar cabelo), R confirmou ter tido outra discussão com a esposa (...)

R diz que, enquanto bebericava, como sempre o fazia à noite, fez macarrão na manteiga, ‘um prato um pouco complicado e demorado’, telefonou a um amigo de Brasília (fls. 41) e orientou a cozinheira sobre o ‘menu’ do dia seguinte.

(...) logo saiu para chegar, pontualmente, a seu emprego (...)

(...) a cordialidade no trato com a cozinheira, a ponto de convidá-la a comer o macarrão.

Desse modo, o destaque conferido a tais elementos e até mesmo a excessiva repetição desses dados, ao longo de todo relatório, conduz a leitura em direção a uma personalidade doentia. A cena que se apresenta é de um plano muito bem arquitetado que, sob uma falsa aparência do amor traído, visava a fins bastante concretos. O fato é que, em meio aos ataques à figura de R, uma versão do crime se apresenta. Pois, essa construção de sua imagem no discurso (e mesmo da vítima e de algumas testemunhas) explicita o direcionamento emocional almejado. Isto porque tais imagens são usadas de modo estratégico para tocar mais profundamente seu interlocutor direto, o juiz, e, sobretudo, o *tiers* que será responsável pelo desfecho do caso, que pode ser lido como sendo o júri popular.

Como já afirmamos anteriormente, a *argumentação por analogia* funciona como importante estratégia, uma vez que o enunciador cria, aos poucos, uma relação entre R e Doca Street, a qual culmina em um julgamento definitivo. Ele deseja levar seu interlocutor a acreditar que, assim como Doca, R possivelmente assassinou V por não suportar a idéia de perder a “boa vida” à qual estava acostumado:

(...) foi bebericar, comer e ver as Olimpíadas pela televisão (...)  
enquanto bebericava, como sempre fazia à noite (...)  
(...) fumando nada menos que nove (9) cigarros importados (...)  
R, confessadamente um apreciador e consumidor de caros “wiskies”,  
de vodka e vinhos importados (...)

A rotina privilegiada é destacada como forma de evidenciar que um possível empobrecimento não seria suportável para alguém acostumado a tais luxos, o que é agravado pelo fato de que ele era um “bom profissional”. O item lexical “bebericava”, usado ironicamente, remete a algo feito devagar, com bastante tranquilidade, além de acentuar o estilo “boa vida” do réu. Dessa maneira, cria-se uma imagem de um sujeito que aparentava estar tranquilo, o que refuta a tese da violenta emoção. Além disso, a menção ao fato de que o réu estava acostumado a beber diariamente serve também como estratégia para refutar por antecipação uma provável versão do caso relativa ao fato de que o crime teria sido cometido em um estado de completa embriaguez. Se o réu estava embriagado como poderia ter sido tão meticuloso em sua busca diante de uma situação tão assustadora como a possibilidade de alguém invadir sua casa durante a noite?<sup>21</sup> Com um revólver tão bem guardado, de que modo um homem sob violenta emoção e em estado de embriaguez completa poderia ter conseguido encontrá-lo, escolhendo-o entre os demais que possuía?

### 3 Conclusão

Na tessitura discursiva das peças processuais, nas quais as relações de poder perpassam os discursos produzidos pelos agentes, os indivíduos vão colhendo, aqui e ali, os elementos necessários para a configuração desejada e cada qual interfere, a seu modo, no curso do Processo. A construção de uma imagem de prudência e eficácia é fundamental nesse

---

<sup>21</sup> De acordo com o réu, ele se muniu da arma, porque se confundiu com os gritos da esposa pedindo que desligasse a televisão e imaginou que a casa tinha sido invadida por um suposto ladrão. Porém, ao discutir com ela, acabou por matá-la.

sentido, pois ela pode, por exemplo, escamotear o real desejo de condenar o réu em algum momento, como fez o delegado em seu relatório. Como se pôde notar, através de um relatório, carregado de *pathèmes*, uma espécie de resumo das circunstâncias do crime foi apresentada à Justiça Penal. Com o auxílio das provas técnicas e de sua percepção acerca delas, esse sujeito-enunciador visava à construção de uma verdade sobre o caso.

Consciente de que a verdade no júri parece se edificar em perfis ou retratos dos sujeitos, delineados por nossa sociedade e patemizados nos discursos dos agentes, o delegado construiu seu relatório a partir de elementos colhidos pela perícia e pelas palavras do criminoso, de modo a conduzir a avaliação do leitor sobre o crime. Com isso, enunciou uma boa imagem de si, enquanto trabalhava em favor da construção de uma imagem negativa do réu, em contraposição a uma positiva da vítima. Dessa maneira, delineou o perfil de um sujeito frio, malicioso, demasiadamente calado, que planejou inteligente e friamente a violenta morte da esposa. Quanto a ela, sua face foi protegida a fim de garantir a culpabilidade do réu.

Finalmente, a partir dos fragmentos do processo aqui analisados percebe-se que, de um modo geral, o delegado desejou evitar que os sujeitos “atualizassem” em seus discursos alguns valores e crenças de nossa sociedade em relação à figura feminina<sup>22</sup>. Isto porque ele tinha consciência de que o fato de a vítima ser uma mulher jovem rica, bonita e independente, frequentadora assídua de academias de ginástica, de salões de beleza etc., poderia minimizar a culpa de R. Por outro lado, ele desejou recolocar em cena um horizonte de imagens sobre a figura masculina pautado em estereótipos acerca da formação profissional de R (engenheiro), de seu gosto pela “boa vida” (o que remete a Doca Street), entre outros elementos. Com esses perfis delineados, ele pôde elaborar e melhor defender a tese da culpabilidade desse sujeito e, embora, dirigido ao juiz, acreditamos que seu texto já procurava adequar-se a um *tiers*, relativo, nesse caso, ao Conselho de Sentença.

<sup>22</sup> Ressalte-se que o fato de ele evitar a atualização de valores arcaicos sobre as mulheres, não serve de garantia para uma situação em que V fosse acusada de assassinar o marido, por exemplo.



## Referências

AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. Discours politique, littérature d'idées, fiction. Paris: Nathan, 2000.

\_\_\_\_\_. (org.). **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

AMOSSY, Ruth. & PIERROT, Anne Herschberg. **Estereotipos y clichés**. Buenos Aires: Eudeba, 2003.

ARISTÓTELES. **Arte retórica. Arte poética**. São Paulo: Ediouro, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Tiers, où est-tu?** À propos du tiers du discours. In: **La voix cachée du tiers**. Des non-dits du discours. Paris: L'Harmattan, 2004.

\_\_\_\_\_. **Le discours politique: les masques du pouvoir**. Paris: Vuibert, 2005.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Rocco, 1983.

EGGS, Ekkehard. **Logos, ethos, pathos: l'actualité de la rhétorique des passions chez Aristote**. In: PLANTIN, C., DOURY, M. & TRAVERSO, V. (éds.) **Les émotions dans les interactions**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000. p. 15-31.

\_\_\_\_\_. **Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna**. In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**. A construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29- 56.

LIMA, Helcira M. R. de. **Estratégias argumentativas em uma sessão de julgamento de Tribunal do Júri**. 2001. 186 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

\_\_\_\_\_. **Na tessitura do Processo Penal: a argumentação no Tribunal do Júri**. 265 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Ethos, cenografia e incorporação**. In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 68-92.

MEYER, Michel. **Qu'est-ce que l'argumentation?**. Paris: Librairie Philosophique J. VRIN, 2005.

PERELMAN, Chaïn; OLBRECHT-TYTECA, Lucie. **Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.

PLANTIN, Christian. **L'argumentation dans l'émotion**. Paris: Pratiques 96, 1997.